



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRANCOSO

ACTA n.º 14

QUADRIÉNIO 2009 – 2013

(Art.º 56º a 60º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro)

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE TRANCOSO DE 29 DE SETEMBRO DE 2011

----- Aos vinte e nove dias do mês de Setembro do ano de dois mil e onze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Auditório do Pavilhão Multiusos, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Trancoso, legalmente convocada para o efeito e presidida por António Manuel Rios da Fonseca Leal, Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- A ordem de trabalhos foi a seguinte: -----

----- **Ponto número um** – Período antes da ordem do dia; -----

----- **Ponto número dois** – Informação do Presidente da Câmara acerca da actividade municipal; -----

----- **Ponto número três** – Análise, discussão e votação da 3ª revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano;

----- **Ponto número quatro** - Análise, discussão e votação da proposta de fixação das taxas de IMI para 2012; -----

----- **Ponto número cinco** – Apreciação da situação económico – financeira do Município com referência ao 1º semestre de 2011 – parecer do Revisor Oficial de Contas; -----

----- **Ponto número seis** – “Escola Profissional de Trancoso – Esclarecimentos da situação actual e perspectivas de futuro” – agendamento solicitado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista; -----

----- **Ponto número sete** – Período destinado ao público. -----

----- Depois de assinada a folha de presenças para verificação de quorum, constatou-se a falta dos deputados: Manuel Pinto, substituído por José Carlos Santos Rodrigues, Celina Tabosa Ramos Pinto, substituída por Armando Correia Antunes, Américo Carvalho Mendes, substituído por João Rafael Oliva de Figueiredo; António Agostinho Plácido dos Santos, substituído por Sandra Maria Lopes Ribeiro, membros do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, e António Carlos Camejo Martins, José Jorge dos Santos Carvalho, substituído por António Reis Ferreira, António Augusto Rocha Rua substituído por Artur Rodrigues e Maria Gabriela Salgado Penada Isidoro Lopes, membros do Grupo Municipal do Partido Socialista. Estas faltas foram devidamente anotadas, assim como as registadas pelos Presidentes de Junta da Freguesia de Feital, Ezequiel Dias Lino; de Santa Maria, Amélio Manuel Martins Nunes Salvador; de Tamanhos, Nuno Filipe Cardoso Morgado; de Terrenho, Amílcar César dos Santos, substituído por Fernando Osório Santos e de Vale do Seixo, Aleu Justino da Fonseca. -----

----- Consideram-se ainda faltosos, nos termos do nº2 do Art.º 30º do Regimento da Assembleia Municipal – o qual prevê que: “Será considerado faltoso o membro da Assembleia que só compareça passados mais de trinta minutos sobre o início dos trabalhos, ou, do mesmo modo, se ausente dos mesmos, por período igual de tempo”, – os deputados municipais Maria da Conceição Trábulo Fernandes Alexandre, José Carlos Santos Rodrigues, José David Rodrigues Santiago, Mário do Carmo Lopes Castela, membros do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, e João Paulo Rodrigues Matias, membro do Grupo Municipal do Partido Socialista, e ainda o Presidente da Junta de Freguesia da Cogula, Jorge Manuel Caetano Ferreira Amado. -----

----- Estiveram ainda presentes, em representação da Câmara Municipal, o Sr. Presidente do Município, Júlio Sarmiento, bem como os vereadores, António Manuel Oliveira da Silva, João Figueiredo Rodrigues, João José Martins Carvalho, Amílcar Nunes Salvador, António Manuel Gomes do Nascimento e Ivone dos Santos Mouco. -----

----- O Presidente da Mesa deu início à sessão, informando que se iriam discutir e votar as actas das sessões anteriores. Relativamente à acta da sessão ordinária de 30 de Junho, disse que, apesar de ter sido revertida para a acta a situação descrita na página 5, a mesma não se encontra tecnicamente correcta, quando aí se refere que “ O Presidente da Mesa colocou à votação a proposta de inclusão deste novo ponto na ordem de trabalhos”. Embora, a lei permita que a ordem de trabalhos possa ser alterada, no entanto aquilo que Mário Esteves Oliveira diz em anotação ao CPA é o seguinte: “Tratando-se de reunião ordinária, permite-se a inclusão do ponto da ordem de trabalhos desde que pelo menos 2/3 dos membros reconheçam a necessidade e votem favoravelmente.” Disse que antes disto citou a lei, e Mário Esteves Oliveira acrescenta “ 2/3” dos membros. É um pormenor técnico que em nada altera o que foi dito, mas entende que como Presidente da Assembleia, com formação jurídica, não ficaria bem manter a redacção inicial da acta. Não havendo intervenções, colocou a acta doze à votação, sendo a mesma aprovada por maioria com 4 abstenções. Depois, colocou a acta da última sessão extraordinária à discussão e, não havendo intervenções, foi a mesma aprovada por maioria com 7 abstenções. O motivo das abstenções, indicado por parte dos deputados, foi pelo facto de não terem estado presentes nas referidas sessões. O Presidente da Assembleia informou ainda que tinha recebido uma carta da Sr.ª Maria de Lurdes Neto e Manuel José Caramelo, relacionada com valetas e caminhos em mau estado, em Miguel Choco. Parece-lhe que é uma situação a ser remetida para o Sr. Presidente do Município que dará a resposta que bem entender a estes senhores. Enviou os pêsames ao Sr. Artur Rodrigues pelo falecimento da sua esposa e à Deputada Maria Conceição Alexandre pelo falecimento da sua mãe. Quis congratular um jovem do nosso distrito, Eng.º Virgílio Bento, que nasceu na Guarda, licenciou-se na Universidade de Aveiro e está a caminho do doutoramento, o qual foi distinguido com um prémio atribuído por Boston, Estados Unidos da América, com o dispositivo clínico que mais impacto no futuro terá, que é o sistema de reabilitação para pacientes pós AVC. Informou, de seguida, que se iria passar para o **ponto um** da ordem de trabalhos, abrindo o espaço para intervenções. -----

----- Usou da palavra a deputada Luísa Gil, questionando o Presidente do Município sobre a actual situação relativamente à designação dos Conselhos Municipais de Educação. Foram criados em 2003, sob o decreto-lei nº7 de 2003, de 15 de Janeiro, e tinham algumas competências e objectivos que se enquadram nos problemas da educação que hoje se vivem. Afirmou que há vários anos vem dizendo que é necessário transformar a educação numa coisa que diz respeito a todos nós e que, de momento, não lhe parece que isso esteja a acontecer. Um Conselho Municipal de Educação, seguindo as suas competências e o objectivo, poderia com certeza, prevenir determinadas situações porque tinha como funções coordenar e estabelecer determinadas orientações na política educativa. Não sabe se houve seguimento desse processo ou, se entretanto, se extinguiu. Solicitou, se fosse possível, voltar a colocá-lo em funcionamento. Isto evitaria, por exemplo, que neste momento estejam sem entender porque é que são os funcionários da Empresa Municipal que tomam conta da escola do 1º ciclo com a função de assistentes operacionais, e evitaria que muitos encarregados de educação e pais não soubessem porque é que as portarias das escolas têm determinados horários de funcionamento, evitaria que todos corressem às escolas quando há um problema, mas que também passassem a reconhecer o papel dos professores quando dão praticamente as horas do seu dia para uma escola e seus

alunos. -----

----- Interveio o deputado Paulo Amaro, solicitando alguns esclarecimentos ao Presidente do Município. Referiu que na última sessão ordinária desta Assembleia, o Presidente do Município tinha solicitado a introdução de um ponto que tinha a ver com uma eventual alteração do dia do mercado semanal. Não tendo sido esse ponto introduzido na ordem de trabalhos, seria expectável que fosse discutido nesta sessão. Como não faz parte da ordem de trabalhos, questionou se houve alguma alteração de opinião por parte do Executivo relativamente a esta matéria. Questionou também para quando estaria prevista a conclusão das obras do campo da feira e a sua entrada em funcionamento. Relativamente às Actividades de Enriquecimento Escolar do 1º ciclo do Ensino Básico, gostaria de saber quando iriam começar a funcionar, bem como gostaria de ser esclarecido sobre a actual situação das piscinas municipais. -----

----- Interveio o deputado Eduardo Pinto, mencionando que no dia anterior se tinham comemorado os primeiros cem dias deste Governo de maioria PSD / CDS. Confessa que, no que toca à situação actual, estes últimos três meses têm sido para ele de alguma surpresa. No período pré-eleitoral para a Presidência da República, todos ouvimos o candidato que acabou por vencer, argumentar que caso a sua candidatura não fosse a mais votada, o que viria no dia a seguir, seria seguramente muito pior. O candidato conseguiu-se eleger mas os tempos continuaram a piorar. Depois, o actual primeiro-ministro, então candidato, também neste período, veio sempre argumentar que era necessário entrar num novo ciclo, era necessária uma mudança de paradigma e a política necessitava, entre outras coisas, de credibilidade. Ouviu-se sempre dizer que as suas propostas, já estudadas, seriam exequíveis e credíveis e eram feitas com verdade. Nas eleições, tal como o Sr. Presidente da República, também disse que a escalada das taxas de juro da dívida pública não teriam reverso se o Governo se mantivesse. Mas esse Governo fez o favor de cair, caiu e eis o novo Governo. E ao contrário das premonições dos candidatos, as taxas de juro dos mercados, se não tinham credibilidade para com Portugal até aí, voltaram a não ter após as eleições, e o facto é que as taxas de juro continuaram a subir e hoje estão muito para além daquilo que eram no período pré eleitoral com o anterior Governo. Pior do que isso, foi o facto de que hoje não existe nenhum novo ciclo, isto é, se o anterior primeiro-ministro, no período de pré-candidatura, prometeu que não aumentava impostos, chegou lá e fê-lo, foi até um dos argumentos para que numa das sessões desta Assembleia alguém o apelidasse de mentiroso, e, na verdade, uma vez que tinha faltado às promessas, não há dúvida que esse adjectivo se lhe podia aplicar. Porém, ao actual primeiro-ministro também ouvimos dizer que jamais aumentaria impostos, só que bastaram cem dias para este Governo fazer três anúncios de aumento de impostos. Disse que sendo assim, também é mentiroso, e para além deste adjectivo, acrescentaria outro, porque se anteriormente tínhamos um Governo mentiroso, hoje temos um ladrão que vai ao bolso dos portugueses sem dó nem piedade, dando o exemplo do aumento do IVA na energia eléctrica.

----- Usou da palavra o deputado António Nascimento, referindo que chamar o primeiro-ministro “ladrão” é de mais e que deve haver alguma moderação nas palavras. Falou depois da conferência realizada na Universidade Católica com os Técnicos Oficiais de Contas para analisarem a situação das empresas público-privadas. Deu para perceber que a dívida destas corresponde a 50% do empréstimo que iremos receber da Troika. Deu o exemplo de que serão precisas duas décadas de proveitos operacionais da REN, só para fazer o pagamento de um ano da sua dívida. Se bem se lembra, o presidente da REN, e aqui é que está um exemplo como o anterior Governo geria os bens públicos, quando já não estava em exercício de funções porque estava envolvido no Processo “Face Oculta”, foi distinguido com um prémio de produtividade. Questiona qual foi a produtividade se já não estava em funções. Deu também o exemplo do Dr. Armando

Vara que deixou de ser membro directivo do BCP e continuou a receber prémios de produtividade. Se calhar, por isso é que este Governo tem de tomar estas medidas e tem de haver o bom senso de não estarmos a atacar quem está a fazer um bom trabalho. -----

----- Interveio o Presidente do Município, referindo que tem pena do amigo António José Seguro porque o partido continua “socrático”, nem sabe porque mudaram de líder. A verdade é que a situação em Portugal e internacionalmente é dramática e as culpas do passado estão repartidas. Quando um país está nesta situação, todos temos de fazer um esforço tremendo para poupar e diminuir a despesa pública, aumentar a receita pública, diminuir esse diferencial entre a despesa e a receita, produzir mais, mudar o paradigma do ponto de vista da cultura que foi colocado na sociedade em que, invocando a constituição, todos nós temos direito ao pão, à educação, ao emprego e que o Estado e os poderes públicos são obrigados a fazê-lo. Mas cada vez é mais nítido que o Estado e os serviços públicos, administração central, etc, vão ter de diminuir o emprego e esse tem de surgir da economia da sociedade civil. Se quisermos atrair investimento e lhe dissermos que para despedir pessoas só mediante um processo disciplinar, são capazes de não entender. Vamos ter de mudar muito em Portugal, e não crê que ajude a este esforço nacional que é pedido a todos, que estejamos permanentemente a atirar pedras, não vale a pena. É necessário mudar comportamentos, atitudes, travar a despesa, aumentar a receita, a competitividade, melhorar algumas leis que tragam essa competitividade. Neste tempo que vivemos, há tempo para deixar o Governo governar e há o tempo para o povo depois ajuizar nas próximas eleições o mérito que teve ou não. Temos de compreender que os sacrifícios são necessários e procurarmos olhar para cada um de nós e pensar na frase que Kennedy disse “não devemos pedir ao Estado o que é que ele pode fazer por um de nós, mas perguntar a cada um de nós o que é que pode fazer” por Portugal. Espera que todos nós saibamos estar à altura do papel que se nos exige em Portugal. Quanto à intervenção da deputada Luísa Gil, referiu que todas as ocasiões são boas para falar de educação. Sem dúvida que a convocação de um Conselho Municipal de Educação poderia ajudar, embora as questões colocadas sejam resolvidas no âmbito dos órgãos próprios da escola. Os funcionários da Trancoso Eventos que prestam serviços como assistentes operacionais na Escola EBI, prestam-no porque a responsabilidade legal pelo funcionamento dessa escola é da Câmara Municipal de Trancoso e a Trancoso Eventos vai debitar um valor em termos de prestação de serviços à Câmara Municipal. Quanto à questão das portarias é uma questão da própria escola, não é sequer dos outros intervenientes, embora os pais, no contexto de escola possam questionar sobre essa matéria. Disse que irão convocar um Conselho Municipal de Educação para reflectir nas questões que os membros queiram lá veicular. Quanto à intervenção do deputado Paulo Amaro disse que relativamente ao novo mercado, pensam que mais oito dias e a obra estará concluída pois estão a ser desenvolvidas iniciativas de caminharem rapidamente para o sorteio dos lugares e pensa que no mês de Outubro, talvez na terceira sexta-feira, poderá estar em funcionamento o novo mercado municipal. Quanto às actividades de enriquecimento curricular, existe um diálogo entre a Câmara, a DREC e a Escola no sentido de repartir competências, podendo a Câmara Municipal e a Trancoso Eventos prestar serviços no âmbito da música e educação física, e a DREC providenciar em outros domínios. Quanto à piscina municipal, espera que em Outubro possa abrir. Disse que as piscinas municipais só de gás e electricidade têm um consumo tão grande que irão optar, quer nas piscinas de Trancoso, quer nas de Vila Franca das Naves, por laborarem apenas em metade do ano, ou seja, abrirem Outubro, Novembro, fechar em Dezembro, Janeiro, voltarem a abrir em Fevereiro, Março, Abril e Maio, e eventualmente, em Junho, e depois Julho, Agosto e Setembro estarem novamente encerradas. Quanto à questão da

alteração do dia do mercado municipal disse que por iniciativa da Câmara, enquanto ele for presidente, não irá trazer à Assembleia Municipal esta questão. Se esta entender reflectir sobre ela para dar alguma indicação ao Executivo, está no seu direito e julga ser uma matéria que merecia ser reflectida. -----

----- Interveio o deputado João Baptista, referindo que não gostou de ouvir a intervenção do deputado Eduardo Pinto. Disse ser militante do PSD, mas se tiver que criticar o Governo e o PSD, não se acobarda e enfrenta as questões olhos nos olhos. Todavia, não gostou de ouvir “ o Governo fez o favor de cair”, e disse que tal como outras forças políticas foram a combate, caiu, caiu. Não gostou também de ouvir que “temos um Governo ladrão”. Questionou o que é que este Governo poderia fazer em três meses quando em ciclos anteriores, há tantos que certamente são responsáveis e provocaram a actual situação. Pensa que o Presidente da República tem conduzido o destino do país na sua alta magistratura, com dignidade. No dia anterior, numa entrevista do Sr. Presidente da República falou-se em determinada altura que havia um desvio colossal, cujo valor seria de 2 biliões de euros. Pensa que isso ajuda a entender um pouco a suspeição que houve e as atitudes que o Governo tem vindo a tomar e a que neste momento todos estamos sujeitos sobre aquilo que foi esta pesada herança. Acha que esta situação que está a ser vivida não é da responsabilidade do actual Governo. Realmente foi dito que não haveria um aumento de impostos mas, com certeza que o Governo quando tomou posse, não deveria conhecer todos os elementos. Julga que hoje Portugal começa a ter alguma credibilidade. Como disse o Sr. Presidente da República, admite que no segundo semestre 2012, a conjuntura fique mais favorável. Questionou o Presidente do Município sobre a reforma autárquica que se está a prever. Relativamente às freguesias, o que é que poderão esperar os trancosenses, do seu concelho? São 29 freguesias, dizem que em Trancoso desaparecerão as conhecidas Santa Maria, São Pedro, e haverá uma aglutinação para uma só freguesia. Gostava de saber se já há algum alinhamento possível porque isto vai de certeza absoluta levar a que haja reuniões, debates, etc. e qual a perspectiva que tem sobre este assunto. -----

----- Usou da palavra o deputado Amaral Veiga, referindo que gostou de ouvir as anteriores intervenções, nomeadamente, a do deputado Eduardo Pinto, com a qual se identifica e concorda, porque, de facto, é fácil governar aumentando impostos, o mais difícil é emagrecer as gorduras do Estado. Já vimos este “filme” com outros governantes, todos aumentam os impostos quando, de facto, há défice e dívidas e é necessário aumentar as receitas, mas diminuir o peso do Estado e das empresas públicas, aí é mais difícil. Disse que o deputado José Nascimento veio defender a sua dama, sendo que fica sempre um pouco crispado quando vimos aqui com alguma rispidez. Lá fora damo-nos todos bem, as pessoas são civilizadas e é natural que aqui, com o calor da discussão, saiam expressões que não são crime. Chamar ladrão ao Estado parece-lhe que não seja crime. Relativamente à intervenção do deputado João Baptista, disse que este veio enaltecer as qualidades do Sr. Presidente da Republica, o qual não se livra da fama daquela aquisição das acções ao Oliveira e Costa que renderam o que renderam, assim como não se livra a esposa dele da fama dos enormes depósitos que tem. Concorde com o Presidente do Município quando diz que a responsabilidade da situação actual é repartida pelos governos que Portugal teve. Agora uma coisa é certa, a situação financeira da Câmara Municipal de Trancoso só tem uma responsabilidade, a do PSD porque o PS nunca esteve na Câmara Municipal de Trancoso. -----

----- Interveio o deputado Nuno Rodrigues, referindo que não esteve presente na última sessão da Assembleia extraordinária, mas leu a acta e ficou perplexo com aquilo que está escrito, nomeadamente, o facto de justificarem a realização da sessão que custa mais de 4 000€, com a ideia que se teria de pagar mais ao revisor oficial de contas. Na

sua opinião, podem fazer-se contratos a começar passado um ou dois meses, podiam ter feito o contrato em Abril ou Maio, e por outro lado, mesmo que não fosse possível, esteve a fazer as contas e os custos mensais para a sociedade de revisores oficiais de contas são de 690 €. Portanto, se custa 4000€ realizar uma sessão da Assembleia, vê que em dois meses poupavam-se 1380€, ou seja, gastou-se mais do que aquilo que se poupava. Não percebe como numa altura de contenção de custos se faz uma coisa destas. Para verificar estes números, foi a um portal na Internet e foi lá que viu o valor de 690€/ mês e também, por curiosidade, viu outros ajustes directos feitos pela autarquia. Ficou perplexo porque viu a edição de uma obra bilingue de promoção turística de Trancoso, no valor de 44 670€ em 28 /04/2010. Disse nunca ter visto tal obra. Depois viu a aquisição de 100 exemplares da obra “ Os Trancosanos” pelo valor de 7075,48€, o que dá uma média de 70€ cada livro. Gostava de ser esclarecido sobre estes contratos. -----

----- Interveio o deputado Joaquim Ribeiro, referindo que achou importante a intervenção do deputado João Baptista no que diz respeito à reforma administrativa e à pretensa fusão ou agregação de freguesias no concelho. Já tem umas luzes daquilo que resulta do livro verde. A questão é, ou se antecipam e tentam dialogar entre todos, no sentido de ver se existe alguma possibilidade de entendimento e que vá ao encontro dos interesses de todas as freguesias, ou então irão estar sujeitos àquilo que superiormente for decidido. Pensa que está na hora de começarem a agir e a reunir e tentar delinear uma estratégia para estarem preparados para o momento em que haja decisões mais concretas. Pessoalmente, não discorda com esta reforma porque a máquina do Estado está demasiado pesada, mas também, quando aqui se fala que o Governo é ladrão, que aumenta os impostos, e em menos de 100 dias esquecemo-nos daquilo que o anterior Governo do PS fez. Se nos lembrássemos dos casos, do fumo que constantemente estava a ser apagado, se calhar não viveríamos aquilo que estamos a viver. Quando se referiram que o Estado não corta a gordura, esqueceram-se que essa gordura foi criada pelo anterior Governo, desde logo porque as parcerias publico-privadas já vêm de anteriores governos. Disse que este Governo é o primeiro que teve a coragem de começar a cortar. Extinguiu os Governos Cívicos, já está prevista a extinção de uma série de empresas públicas, está previsto que aquelas que dêem prejuízo sejam extintas. Uma das primeiras medidas tomadas pelo Eng.º Sócrates foi aumentar impostos. Agora o que este Governo está a evitar, é que o país entre em banca rota. São medidas que custam a todos. -----

----- Em resposta às questões colocadas, o Presidente do Município disse que relativamente à reforma da administração local, na sua opinião, justificaria que a Assembleia Municipal, os dois partidos pudessem fazer algum trabalho de casa porque nas próximas eleições de 2013, vai haver um figurino diferente com listas homogéneas para a Câmara e Assembleia Municipal, diminuição do número de membros da Assembleia, competências repartidas e novas competências. Irá haver também um número mais reduzido de juntas de freguesia. É uma reforma que vai traduzir-se por, em todas as sedes de concelho, só poder haver uma freguesia; haverá depois também agrupamentos de freguesias, tendo um rácio de 500 habitantes por freguesia. Isto vai originar que haja um novo mapa político-administrativo no concelho. Neste caso, ou se espera que seja o Governo a fazer esse trabalho, ou antecipamo-nos e temos o bom senso de apresentar uma proposta ao Governo. Relativamente à questão do deputado Nuno Rodrigues, disse que a obra bilingue português-inglês, sobretudo à base de fotografia, já foi editada, encontra-se na Câmara Municipal e no posto de turismo. Foram 2000 exemplares dos quais 500 em edição de luxo para entidades, o que dá um custo estimado de 22 € por obra. Esta edição foi comparticipada 80% pelo QREN no âmbito da regeneração urbana. No que diz respeito aos livros “Os Trancosanos”, é uma obra editada pelo Dr. Pedro Saldanha, são dois volumes, encontram-se à venda em algumas

livrarias, é uma obra interessante sob o ponto de vista histórico e é um contributo que a Câmara deu para uma obra que diz respeito à história de Trancoso. Quanto às afirmações do deputado Amaral Veiga, concorda quando ele diz que todos sobem os impostos como recurso mais fácil, sobretudo nos primeiros tempos porque é difícil diminuir o peso do Estado, mas este é o primeiro Governo da República que está com coragem para cortar nas gorduras do Estado. Isso é fundamental em Portugal, como noutros países que queiram cumprir critérios de convergência e diminuir o défice das contas públicas. Quanto à questão do comentário sobre o Município de Trancoso, lembrou que em sessões anteriores ouviu aqui algumas vezes, o Eng.º Fonseca Ferreira que foi líder da bancada do grupo municipal do PS, dizer que a bondade da gestão deveria ser sempre centrada em critérios objectivos. Não conhece outro critério objectivo que não seja o critério demográfico. Nós dizemos que os concelhos do litoral são desenvolvidos porque têm gente, emprego e economia, não é pelo número de infra-estruturas nem equipamentos por habitante, nem taxas de atendimento no serviço público de abastecimento de água ou saneamento. Isto é um critério que ajuda a medir a bondade de uma gestão porque temos praticamente no concelho 10000 habitantes e a tarefa do Município, como das juntas de freguesia, é cuidar destes 10000 habitantes. Cuidar das pessoas é assegurar que estas tenham um emprego, tenham condições de vida que lhes permitam aqui ficar. O critério demográfico diz-nos que no caso de Trancoso, na década que vai de 1991 a 2001 tivemos o melhor resultado demográfico e na década que vai de 2001 a 2011 obtivemos o segundo melhor resultado de todo o distrito da Guarda. Só a Guarda e Trancoso foram os únicos concelhos que perderam menos que um dígito porque todos os outros do distrito perderam mais de dois dígitos de população. No concelho de Trancoso isso conseguiu-se porque houve emprego, mas não foi emprego por parte das instituições públicas, dos serviços de segurança social ou das escolas, foi também dos empregadores privados como Chupas e Morrão, Lactovil, Casa da Prisca, LGB, da Residencial e de muitos outros. Por isso, diz que o importante é termos um concelho que tem resistido razoavelmente à desertificação, temos de garantir emprego e condições de vida às pessoas, o resto é conversa da treta. -----

----- Usou novamente da palavra o deputado Amaral Veiga, referindo que o Presidente do Município quando diz que o PS não está no Governo local nem estará, deveria ser mais humilde para reconhecer que não é ele que decide o futuro deste concelho, mas sim os eleitores, e não significa que estes possam, a curto prazo, alterar a sua posição. Disse que o PS não tem pressa de chegar ao poder, mas estarão disponíveis se um dia o eleitorado deste concelho os chamar, estarão lá para servir e não para serem servidos. Relativamente à conversa da treta, disse que é pelos resultados que se verifica a dinâmica de um concelho. Disse que o Sr. Presidente de Trancoso ficou contente porque se perdeu menos, mas Trancoso sempre foi diferente, terra com dinamismo, com um mercado semanal conhecido e dos maiores de toda a região centro. Aliás este Executivo não fez nada para segurar as pessoas, as diferenças que existem de Trancoso já vêm de há muito pois este Presidente do Município não conseguiu, durante 30 anos, deslocalizar para esta terra uma empresa digna desse nome. Todas as existentes são oriundas daqui ou há muito tempo instaladas. Se verificarmos aqui bem perto, em Mangualde, só uma empresa emprega 1800 funcionários. Só pedia uma para cá com 300 ou 400. Portanto, estar aqui a dizer que o nosso concelho perdeu menos do que os outros, que gozo dá, se verificamos que as nossas aldeias estão sem gente como estão despovoadas todas as aldeias deste distrito e do interior. Referiu que jamais ele conseguiria dizer que o Presidente do Município tem conversa da treta. -----

----- Interveio o deputado José Francisco, Presidente da Junta de Freguesia de Fiães, questionando o Presidente do Município quanto ao subsídio devido à sua freguesia, relativo ao ano de 2010. Ficou com a noção, na última sessão, que o

Presidente do Município disse que não era obrigatório pagar tal subsídio à Junta de Freguesia. Apresentou uma fotocópia do protocolo que foi assinado entre ambos, onde consta que era pagável trimestralmente e referiu que o referido protocolo não está a ser cumprido. No relatório de obras que foi enviado no mês de Agosto, fala-se de “limpeza de bermas”. Referiu que já tinha dito ao Vereador João Carvalho que essa limpeza só foi feita do acesso do cruzamento à Aldeia Nova ao cruzamento que vai para o Barrocal e o que foi prometido foi que limpavam as bermas da estrada do Barrocal antes da festa realizada nos dias 13/14/15. Estas ainda continuam por limpar. -----

----- Intveio novamente o deputado João Baptista, referindo-se à intervenção do deputado Amaral Veiga quando diz que tomara que Trancoso tivesse uma grande unidade industrial. Tem dúvidas, à semelhança do que aconteceu em Pinhel, do que está a acontecer na Guarda, com encerramento de grandes unidades, se nós hoje beneficiaríamos no actual momento, da instalação dessas grandes unidades em Trancoso. Em relação à situação da Câmara, quando disse que esta é a única responsável da sua situação financeira, a seu tempo, os eleitores saberão escolher aquilo que realmente desejam para o seu concelho. Disse estar ambicioso por saber quem é de facto o candidato a candidato do PS à Câmara Municipal. Há correntes, e é público, que indicam teoricamente o Sr. Professor Amílcar Salvador, mas há outra corrente, que indica o Sr. Dr. Amaral Veiga e outra começa a surgir, a do Sr. Professor e Presidente da Junta de Santa Maria, Amélio Salvador. Portanto, quando em retórica se diz que os eleitores a curto prazo é que vão decidir, disse estar ansioso por saber quem será o candidato do PS. Questionou o Presidente do Município para saber qual o ponto da situação da central de tratamento de lixos em Vila Franca das Naves porque, por vezes, vagueia na rota pedonal da Cova dos Ladrões e não sabe se a Câmara já deu conta que há um acumular de desperdícios de obras naquela zona. -----

----- Intveio novamente o deputado Nuno Rodrigues, referindo que já colocou aqui questões diversas ao Presidente do Município, em que ele acabava sempre por responder e o deputado tinha o cuidado de posteriormente verificar que a resposta que ela dava não era a correcta. Exemplificando nos contentores de lixo subterrâneos, disse que só estava um que não estava a funcionar e foi verificar e havia, pelo menos, uns dez que não estavam a funcionar. Hoje, disse que a obra bilingue estava no posto de turismo de Trancoso. Teve o cuidado de lá ir e nem está nem nunca esteve essa obra no Posto de Turismo, portanto, não percebe estas não verdades proferidas pelo Presidente do Município. -----

----- O Presidente do Município disse que vai pedir a obra, e se, por acaso, não está no Posto de Turismo, está na Câmara, parece-lhe irrelevante. Pediu ao vereador João Carvalho para ir buscar à Câmara a dita obra para que o deputado possa verificar que a obra está publicada e que existe. Relativamente à intervenção do Presidente da Junta de Fiães disse que deve ter recebido por e-mail ou ofício que está a pagamento o ultimo trimestre de 2010. Quando os protocolos são feitos, eles constituem na Câmara, ou nas partes, a obrigação de cumprimento. O que foi dito é que as transferências não decorrem de nenhuma obrigação legal, agora quando a Câmara se compromete e tem o assunto escrito num contrato, com certeza que é exigível, pelo que talvez não se tenha expressado bem. Quanto à questão do deputado Amaral Veiga, disse que não pode confundir apartes que se dizem com declarações sérias. De resto, esta Câmara pode ser acusada de muita coisa, mas de ditadora não, porque tem havido transparência e debate democrático, o que não se deve confundir com perspectivas diferentes. -----

----- Retorquindo, o deputado Nuno Rodrigues disse que não tinha dito que a obra não teria sido impressa e contratada, o que disse é que no dia 28/04/2010 foi para o tal “site”, ou seja, há ano e meio, e uma obra desse género que, preferencialmente, deveria estar no Posto de Turismo, não está e o Sr. Presidente disse que estava lá. Não é num caixote

da Câmara que a obra serve. -----

----- O Presidente do Município respondeu que esta obra, sendo comparticipada 80% pelo QREN não pode ser vendida. Esta obra é uma obra para ser oferecida e serve para divulgar. -----

----- Interveio o deputado Paulo Leocádio, referindo que o deputado João Baptista veio falar dos candidatos à Câmara pelo PS, já é a segunda vez que o assunto vem para estas sessões. Utilizou aqui uma estratégia, que foi utilizada pela oposição do Eng.º José Sócrates, que é criar um boato que depois se torna público. O que fez foi trazer nomes para uma discussão fora do local apropriado que nem a ele lhe diz respeito. Estas discussões fazem-se no recato dos partidos. -----

----- Como direito de resposta, o deputado Amaral Veiga disse que estava presente o Presidente da Comissão Concelhia do PS, tranquilizando-o e dizendo que está solidário com ele. Agora se o deputado João Baptista lhe disser quem é o candidato do PSD, ele diz-lhe se será ou não candidato pelo PS à presidência da Câmara. -----

----- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto número dois** da ordem de trabalhos. Aberto o espaço para intervenções, deu a palavra ao deputado João Baptista. -----

Este disse que o deputado Amaral Veiga não terá certamente medo de qualquer candidato apresentado pelo PSD. Referiu que tem visitado o Castelo e que lhe parece que aquela estrutura em madeira exige alguma manutenção porque um dia destes se as tábuas começarem a empenar, é pior. Relativamente ao miradouro da torre de menagem, questionou se era possível criar uma cúpula em acrílico, pois sendo Trancoso uma terra muito ventosa, a corrente de ar é realmente perturbadora em dias de vento. Em relação ao cemitério disse que este tem 734 campas, destas há neste momento 3 disponíveis, pelo que gostaria que a Câmara pusesse a obra em movimento. Disse que no lado esquerdo para quem desce ao cemitério, vê lá alguns materiais que presume que sejam para compor passeios, mas deixa à consideração do Executivo se neste esquema de trabalho é possível enriquecer a descida do cemitério, ou seja, ajardinar, alindar, enfim, qualquer coisa que desse um ar mais apazível. Relativamente à estrada de Carnicães disse que a pavimentação está bastante degradada no sentido sul. Pensa que haveria um compromisso eventual da consignação da auto-estrada, dos empreiteiros, de forma a realizarem pós obra a situação da pavimentação dos Carnicães. Questionou se realmente isso é verdade e se isto é da responsabilidade da autarquia ou da empresa a quem foi adjudicada a auto-estrada. Em relação ao campo da feira, concretamente à zona do lajedo desencontrado, observa-se que as peças de granito descolaram, partiram. Sugeriu que, ou se abandonava a ideia das peças desencontradas que, arquitectonicamente, devem ter a sua finalidade, mas a verdade, é que lhe parece que em termos práticos não é o pavimento adequado. Fica satisfeito pelo início das obras do Museu Isaac Cardoso. Questionou se é um sítio em que se prevê ter sinagoga ou só será museu. Sugeriu que fosse acoplado, no antigo edifício da GNR, um espaço de arte sacra, uma vez que existem peças interessantíssimas. Relativamente ao capítulo “Obras em Execução”, vê, com satisfação, que as obras de Moreira de Rei irão ser reiniciadas em 10 de Outubro. Leu que a linha-ferrea da Beira Alta irá ser privilegiada onde vai haver uma concepção de alta velocidade, não só para passageiros como também de mercadorias. Pensa que devemos estar esperançados que a situação de Vila Franca das Naves possa um dia ser falada e quem sabe se a localidade não ganhará com este novo traçado. -----

----- Interveio a deputada Adelina Vaz, referindo que nos documentos enviados, lê-se em “outras informações” que seria adquirido um novo equipamento digital para o cinema de Trancoso a montar brevemente. Questiona se também está prevista para o Centro Cultural de Vila Franca das Naves a colocação de um análogo para podermos usufruir na sala

construída. Isto porque no dia 6 de Setembro de 2009 foi inaugurado este Centro Cultural, e no discurso de inauguração foi dito que as pessoas poderiam usufruir de uma biblioteca, do cinema, de tratar assuntos do município, evitando deslocações à sede do concelho, mas passados dois anos vê-se realmente uma biblioteca, muito á quem do desejado, as instalações da Junta e da Assembleia e a delegação do Município, mas o funcionamento do cinema, pelos vistos, não se vislumbra. Solicitou que aquele espaço fosse dinamizado como se está a fazer no Centro de Interpretação da Cogula. Também questionou o Presidente do Município sobre as obras iniciadas na estrada de São José, em frente ao jardim-de-infância, se está para breve a sua conclusão, uma vez que se encontram paradas. Gostaria de saber, tal como o deputado João Baptista, em que situação se encontra o Parque Ambiental que estava previsto. -----

----- Em resposta, o Presidente do Município, relativamente à intervenção do deputado João Baptista, disse que tem sentido o que afirmou sobre a manutenção da estrutura de madeira que se encontra no Castelo. Já quanto à cobertura em vinil, não lhe parece que o IGESPAR, que é quem tutela a propriedade, admitisse. Quanto ao cemitério de Trancoso, fez-se um levantamento das campas que não estavam utilizadas, foi feito um edital para que as pessoas viessem reclamar essas campas, mas aquelas que não foram adquiridas, são propriedade do Município. Evidentemente que ainda há umas centenas de campas que previnem o tempo de demora da obra da nova ampliação do cemitério. No que diz respeito ao troço de Carnicães – Celorico da Beira, está agendada uma reunião com a ASCENDI e a perspectiva será dividir as responsabilidades. Num certo troço até onde esteve o estaleiro ser a concessionária, e a partir daí, ser o Município a fazê-lo. No que diz respeito ao lajeado, há uma parte que é passeio e tem outra que funciona como uma escultura horizontal que não é para as pessoas andarem lá de cima. Pensa que há direitos de autor do projecto e já pensaram colocar ao Arquitecto Gonçalo Byrne a reflexão sobre qualquer alternativa. No que diz respeito ao Centro de Interpretação da Cultura Judaica, o edifício tem um duplo pé e tem prevista a reconstituição de uma sinagoga de Tomar; são apenas quatro colunas que permitirão que os visitantes judeus possam usá-la. Quanto à estação de Vila Franca das Naves, na óptica da nova linha de velocidade alta, julga que o que estará em causa é a construção de uma nova via. Naturalmente que estarão muito atentos porque a ser uma nova via, têm de garantir as expectativas de Vila Franca das Naves. Quanto à intervenção da deputada Adelina, relativamente ao cinema, disse que em Trancoso foi montada a nova máquina digital, o que permitirá ver cinema em 3D. Com uma máquina digital, podemos ter filmes em Trancoso uma semana depois de eles estreadem. A máquina anterior irá para Vila Franca das Naves para projectar cinema. Isto permitirá termos filmes diferentes em Trancoso e Vila Franca das Naves e, sendo assim, as pessoas terão duas opções. Disse-lhe que tinha razão no sentido que é necessário assegurar a dinamização do Centro Cultural de Vila Franca das Naves. Em breve ter-se-á uma orientação para este efeito. Relativamente ao Parque Ambiental, ainda recentemente foi feita uma reunião em conjunto com o Presidente de Vila Franca das Naves, o Eng.º Brites e outra pessoa pertencente ao Grupo Lena. Vive-se numa conjuntura em que o próprio Grupo Lena está a desinvestir em alguns sectores, embora não seja o caso deste parque ambiental. Está previsto também um apoio de iniciativa privada no âmbito do PRODOR do CÔA para este parque ambiental. E se, efectivamente, como está prevista uma candidatura que beneficie esse sistema de incentivos, torna-se mais fácil a concretização deste objectivo que está a ser seguido pela Junta de Freguesia e pela Câmara Municipal. Quanto aos passeios na rua que a deputada referiu, disse que a obra está adjudicada e está concluída em três quartos daquilo que era a empreitada. Não avançou naquela zona porque era necessário fazer uma conduta, que já se encontra feita, e agora realmente estão reunidas as condições para a concluírem. -----

----- Interveio o deputado Eduardo Pinto, referindo que fica perplexo, quando nos tempos que correm, com uns estrangulamentos tão grandes da nossa sociedade, que os dirigentes deste país se preocupem tornar ainda mais precário aquilo que já o é. Durante a semana ouviram-se comentários a propósito de algumas propostas de mudança, pelo actual governo, na legislação laboral, feitas por anteriores Ministros da Segurança Social e do Trabalho, dando o exemplo do Dr. Bagão Félix. Disse ao Presidente do Município se a preocupação dele é legítima, como é possível que outros grandes empregadores, como o caso da Auto Europa, tenha aumentado, nas actuais circunstâncias, com a actual legislação laboral, 53% da sua produção em 2010? Porque é que uns conseguem e outros não? Disse que obviamente todos temos de aceitar alguns sacrifícios, mas 85% de uma sondagem feita à população portuguesa, dizia que estes sacrifícios que estavam a ser impostos não eram justos. Por isso, os sacrifícios devem ser justos e equilibrados e se há alguém que deve dar o exemplo é a classe política. Disse estar um pouco descontente pela forma como o Presidente do Município não tem tratado de assuntos da freguesia de São Pedro, desde a requalificação do Bairro da Sr.ª da Fresta, ao problema de água no Ameal, no Avelal; desde a falta de saneamento básico em determinadas habitações na Rua 29 de Maio à recuperação de tratamento de esgotos de São Martinho. Lamenta ter falado deste assunto nesta Assembleia, mas só o faz para que o Presidente do Município tenha isso em consideração e que ponha em marcha as iniciativas que tem de pôr para que as pessoas possam ter mais qualidade de vida. Questionou se no âmbito da reunião que teve com o consórcio da ASCENDI, foi assumida a resolução de todas aquelas questões que os presidentes de junta colocaram numa reunião que houve na Câmara Municipal com esse consórcio. Uma delas era a repavimentação daquele troço de estrada que vai desde o IP2 para a população dos Falachos, nomeadamente até à ponte que efectivamente ficou degradada e em que nessa reunião ficou assumido que seria repavimentada. Relativamente à questão das portagens na A25 e A23, questionou se o Executivo irá fazer diligências junto deste Governo, uma vez que é do mesmo partido. Questionou se o Presidente do Município tem alguma novidade quanto ao encerramento ou não do Centro de Saúde à noite. Relativamente ao ponto da informação financeira, afirmou que a três meses do final do ano, ainda não se encontra paga qualquer verba dessas transferências trimestrais, embora não obrigatórias, que foram sempre assumidas pelo Presidente do Município. Gostaria de saber se nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro irá cumprir o compromisso que assumiu em Junho de que a Câmara entraria para 2012 só com um trimestre de atraso. Sobre a eventual contratação de um empréstimo bancário de 5 000 000 € para saneamento financeiro da dívida de curto prazo, confessa que tendo em conta que a Câmara vem excedendo os seus limites de endividamento, não percebe como o Presidente do Município pretende aumentar a dívida bancária com as taxas de juro da forma como estão. No campo “outras informações”, disse que o assunto dos Censos 2011 já foi aflorado pelo Presidente do Município, e que, pelo seu comentário, Trancoso decresceu no seu número de residentes. Questionou se nos Censos de 2011 a fasia dos habitantes diminuiu para menos de 10 000 habitantes. Questionou que a ser assim, se isso não demonstra mais um falhanço da estratégia e das apostas que têm vindo a ser desenvolvidas. -----

----- Interveio o Presidente do Município, respondendo ao deputado Eduardo Pinto e lembrando-o que relativamente às questões laborais, o memorando que foi assinado pelo anterior Governo com a Troika previa mexidas significativas na gestão laboral. Parece-lhe que esta questão envolve responsabilidades partilhadas do actual governo e do PS que assinou em nome de Portugal esse memorando. Em relação à demografia, evidentemente que todos os concelhos da Guarda perderam gente, o próprio concelho da Guarda perdeu gente e foi a única capital de distrito que perdeu gente.

Trancoso teve o segundo melhor resultado e apenas Guarda e Trancoso perderam apenas um dígito porque todos os outros doze concelhos do distrito perderam muito mais do que isto. Certamente que os números positivos é que nos alegram, mas cá estará como cidadão para ver daqui a 10 anos se Trancoso manteve o segundo lugar, se subiu ao primeiro ou se recuou. Quanto ao empréstimo, o que se está a falar não é de aumentar a dívida, mas sim de fazer um empréstimo que corresponda ao compromisso de curto prazo. Isto terá duas vantagens e a primeira é de animar a economia. Por outro lado é melhor dever à banca do que ir pagar juros que as empresas podem debitar. De qualquer forma, apesar de terem conseguido da Caixa Geral de Depósitos o compromisso para este mesmo montante, o Governo prepara-se, por pressão da Associação Nacional de Municípios, para realizar uma espécie de segundo programa, pago a tempo e horas para todos os municípios. Portanto, irão ver o figurino com que o Governo vai avançar nesta matéria, quais os montantes e taxas de juro, porque se forem melhores do que o do empréstimo, irão esperar. Quanto à questão do Centro de Saúde, irão debater-se para que este não feche durante a noite, e para que na composição da Unidade Local de Saúde da Guarda possamos ter alguém de Trancoso que também defenda os nossos interesses. Em relação às portagens na A23 e A25, entende que estas irão causar um impacto muito negativo na economia da região. Elas são politicamente inevitáveis e o que se está a tentar negociar com os deputados, com os autarcas e com outros grupos são preços mais reduzidos do que aqueles que estavam a ser anunciados, para que efectivamente haja alguma discriminação que permita aliviar os prejuízos que possam advir com a introdução de portagens. -----

----- Usou da palavra a deputada Emília Tracana, referindo que, como o deputado João Baptista falou no cemitério de Trancoso, gostava de dizer que em tempos fez um estudo, e esse cemitério tem campas que são obras-primas de arquitectura. Disse existirem dois mausoléus, tipo casinhas, que só existem cá e no Cemitério dos Prazeres em Lisboa. Disse existir ainda uma campa emblemática sobre a Maçonaria. A própria igreja existente é românica, onde já desapareceram parte dos frescos, quiçá poderão vir a ser recuperados. Acha que seria interessante os Serviços de História fazerem um estudo sobre a arquitectura existente no cemitério. Disse que, como doente crónica que é, queria chamar à atenção para o facto de que chegou à estação de comboios de Celorico da Beira para apanhar o Sud-Express e não pôde comprar bilhete, ou seja, àquela hora não é possível fazê-lo. As pessoas ficam na rua à espera do comboio. Deixou o repto de poder haver uma carrinha em que os próprios utentes pagassem e que levasse os doentes aos hospitais. Lamenta que os políticos da zona de Coimbra não tenham reivindicado oportunamente os fundos estruturais para uma auto-estrada para Coimbra. Congratula-se com as Jornadas Judaicas, porque, de facto, os judeus têm poder de compra e este segmento do turismo é importante. -----

----- Interveio o deputado Nuno Caetano, referindo que, por várias vezes, já solicitou que a Assembleia Municipal se realizasse fora das horas laborais. Questionou o Presidente do Município como está o projecto da estrada que liga Vila Garcia, Freixial ao limite do concelho de Pinhel, porque com certeza será a pior estrada do distrito. Gostaria de saber em que estado está a adjudicação do trabalho da pavimentação do caminho agrícola Vila Garcia limite Póvoa do Concelho. ---

----- O Presidente da Mesa disse que, relativamente às horas da realização das sessões da Assembleia Municipal, não se pode agradar a toda a gente e muitas vezes por uma questão de necessidade, como é o caso, tinham de fazer uma sessão durante o mês de Setembro e não restava outra alternativa. Disse que somos o único Município que temos sessões da Assembleia Municipal aos sábados no distrito. Já pensaram em passá-las para a noite, e provavelmente, ganhar-se-ia em tempo e objectividade. -----

----- Interveio o deputado Amaral Veiga referindo que as ideias do Sr. Presidente da Câmara nascem, propagandeiam-se e depois morrem. Deu o exemplo da votação que houve numa das assembleias para a aquisição do Palácio Ducal, para a construção do Museu da Cidade. Votou-se, celebrou-se um contrato-promessa, julga que se elaborou um projecto, mas, entretanto, a ideia não cabia nesse projecto e parte para outra ideia que é a Vila Cruz. Com certeza que é feito outro projecto e, entretanto, desaparece e vai ter aquilo que, de facto, seria mais razoável que é o antigo Quartel da GNR. Esta forma de actuar não seria muito prejudicial se não trouxesse custos. Gostaria pois de saber quanto custou o projecto que foi elaborado para o Palácio Ducal, o projecto para a Vila Cruz, quanto custaram os técnicos que foram retirados de Moreira, porque esta freguesia tem o projecto de saneamento suspenso há ano e meio, pois os arqueólogos andaram na Vila Cruz, no Palácio Ducal e que, afinal, não serviu para nada. Não está satisfeito em ver no ponto “Obras em Execução”, “construção de rede de água e saneamento em Moreira de Rei “e entre parêntesis “a reiniciar dia 10 de Outubro”. Disse ao Presidente da Câmara que lhe fica muito mal a sua falta de sensibilidade pela defesa do património porque chegou a ser um dos presidentes dos Municípios com Centro Histórico e não é capaz de olhar para o património mais rico, depois de Trancoso, que este concelho tem. Disse que fica ao critério do Presidente da Câmara reiniciar ou não, o saneamento de Moreira de Rei. Em Novembro do ano passado, transmitiu que Moreira de Rei tinha como objectivo comemorar 500 anos do foral novo. Nenhuma outra freguesia do concelho pôde fazer o mesmo porque nenhuma teve foral com D. Manuel I. Disse ao Presidente se acha que esta situação não é valorizável, então que continue com a postura de abandono porque também não farão nenhum esforço. -----

----- O Presidente do Município respondeu ao deputado, referindo que relativamente ao saneamento, houve uma reunião técnica com o empreiteiro e os serviços técnicos de arqueologia, e esta data de 10 de Outubro de 2011 é para respeitar. Disse que o deputado confundiu alguns objectivos do Município porque na verdade não prescindiram de realizar no Palácio Ducal o projecto do Museu da Cidade e o projecto que está a ser executado, irá ser realizado. Acontece que essa obra vai ser locada na segunda fase da COMURBEIRAS, se existir segunda fase. Se não, vai ao balcão permanente da segunda fase da contratualização que está prevista no âmbito dos fundos comunitários. O que se abandonou foi o projecto da Vila Cruz, para ser feito esse investimento no antigo posto da GNR. A candidatura que tinha sido feita ao PRODOR do Côa para a Vila Cruz e se for aprovada a terceira revisão ao orçamento, irá ser feito no antigo posto da GNR um Centro de Artes, porque os tempos que se avizinham ditam que devemos aplicar o dinheiro em obras participadas. Será instalada lá a parte da colecção da pintora Eduarda Lapa. Entretanto o Centro de Interpretação da Batalha de Trancoso será acoplado ao futuro Museu da Cidade no Palácio Ducal. É certo de que o contrato-promessa para aquisição do Palácio Ducal caducou automaticamente, não se opuseram a essa caducidade porque entendem que os tempos que se vivem, impõem a renegociação dos próprios termos de aquisição do Palácio Ducal, eventualmente até uma expropriação. No que diz respeito à intervenção do Presidente da Junta de Vila Garcia a pavimentação do caminho agrícola será feita, vai a concurso público ou, eventualmente, a dois concursos públicos. A estrada de Vila Garcia é sem dúvida a pior estrada que temos no concelho e espera que a possam meter no próximo orçamento e executá-la, mas também têm de esperar que haja novas aberturas de participação deste investimento. -----

----- O deputado Nuno Caetano disse então que seja reposta a circulação de uma forma um pouco mais segura, porque são buracos atrás de buracos, para bem de todos, e para evitar problemas à Câmara, uma vez que essa estrada é da sua responsabilidade, e os acidentes que aí possam advir, terá de responder por eles. -----

----- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto três** da ordem de trabalhos. Pediu ao Presidente do Município para fazer uma breve introdução. -----

----- Este disse que a terceira revisão orçamental tem como grande objectivo a obra de intervenção no antigo edifício da GNR e o resto são questões sem grande significado. -----

----- Aberto o espaço para intervenções, o deputado Eduardo Pinto disse ter algumas reticências em enquadrar esta revisão uma vez que lhe parece que o Centro de Artes já estava previsto em Orçamento. Tendo em conta que o Executivo apresentou um Orçamento Municipal para 2011 com uma folga tão grande de receita e mesmo em termos de despesa, não percebe que haja necessidade de ainda o aumentar para enquadrar uma revisão de pouco mais de 160 000 €. Gostaria de saber se há alguma limitação que impeça que se acomode esta receita e consequentemente esta despesa dentro daquilo que é o Orçamento já aprovado. Por outro lado, estamos a três meses do final do ano e tem algumas dúvidas que a aprovação ou não desta revisão traga algum benefício ou algum prejuízo e que ela não possa ser enquadrada no orçamento de 2012. -----

----- Em resposta, o Presidente do Município disse que para substituir a candidatura que está no âmbito do PRODER do Côa, uma vez que vai abrir o balcão permanente, terão de desistir da outra e para lançar o concurso têm de a ter na previsão orçamental. É uma opção que dá mais transparência porque estamos a falar de um projecto de 2011 e o outro já era de 2009. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou a proposta à votação, sendo a mesma aprovada por maioria, com doze abstenções. Informou que se iria passar ao **ponto quatro** da ordem de trabalhos. Deu a palavra ao Presidente do Município. Este referiu que a proposta que o Município apresentou à Câmara e traz a esta Assembleia é a mesma que foi aprovada na sessão do ano passado. As taxas que se prevêem são taxas que estão no patamar a seguir ao mínimo. Apesar de entenderem que se vive um momento em que se poderia justificar o aumento da receita, irão manter as taxas. -----

----- Interveio o deputado Eduardo Pinto, referindo que é obvio que há perda da receita provinda do Orçamento de Estado, tal como acontece com as freguesias. Tendo em conta o diferencial da receita que aqui se poderia aplicar, pensa que, já que a Câmara não poupa na sua gestão diária, talvez fosse aqui uma boa forma de fazer alguma poupança, reduzindo a taxa para o limite mínimo. O grupo municipal do PS entende que deve votar contra esta proposta porque reduzindo as taxas para o mínimo, seria uma forma de ajudar as famílias. -----

----- Usou da palavra o deputado João Baptista, referindo que relativamente a estas taxas de IMI, andamos a falar de uma décima de actualização. Questionou o deputado Eduardo Pinto em quanto é que se traduz a décima que está de diferença, em que é que isso poderia beneficiar ou prejudicar a Câmara. -----

----- Em direito de resposta, o deputado Eduardo Pinto disse não ter consigo o orçamento municipal para 2011, mas estão lá previstas as verbas, calculadas com base nas taxas do ano anterior. Todavia, não será difícil fazer a conta com base naquele total e retirar de lá o valor da verba. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Presidente colocou a proposta à votação sendo a mesma aprovada por maioria com uma abstenção, e treze votos contra. Informou que se iria passar ao **ponto cinco** da ordem de trabalhos. -----

----- Numa breve introdução, o Presidente do Município disse que o relatório do ROC sobre o primeiro semestre só chegou à Câmara de Trancoso, neste dia, por e-mail por volta do meio-dia. Em nome do Município., apesar de não ter

responsabilidade do sucedido, apresentou desculpas pelo facto de só à entrada desta sessão ter sido distribuído o documento. -----

----- O Presidente da Mesa questionou o Presidente do Município, que tendo em conta que o documento foi distribuído neste dia, se não seria possível protelarem esta análise para outra sessão. -----

----- O Presidente do Município respondeu que não vê problema algum, desde que fique em acta que o documento foi apresentado à Assembleia, mas, como foi distribuído no próprio dia, entendeu-se que ficaria para uma próxima sessão. ---

----- O Presidente da Mesa disse que, sendo assim, e para não correrem o risco de ninguém ter lido o documento, colocou esta questão à votação, sendo que a mesma foi aprovada com o voto contra do deputado João Batista, e irá ser discutido o parecer do ROC sobre a informação semestral na próxima sessão. Informou que se iria passar ao **ponto seis** da ordem de trabalhos. Como este ponto foi suscitado pelo grupo Municipal do PS, inicia o debate quem o apresentou. Deu a palavra ao deputado Amaral Veiga, líder do Grupo Municipal do PS. -----

----- Usando a palavra, o deputado Amaral Veiga referiu que a Escola Profissional de Trancoso nasceu há mais de vinte anos numa experiência quase pioneira no país. O seu nascimento muito se deve à iniciativa do Sr. Padre José Cabral, e é bom que se lhe faça essa justiça, apoiada pela Câmara Municipal e pela Associação Comercial. A Escola nasceu sem instalações próprias, sem as melhores condições de trabalho para professores e alunos, dispersando-se por diversos espaços e locais, ministrando cursos em diversas áreas, porventura, nem sempre, os mais indicados ao mercado de trabalho local e regional. Não foi, inicialmente, olhada por muitos trancosenses com os melhores olhos, mas a Escola foi fazendo o seu caminho, dando formação e acrescentando saber a todos quantos, (e têm sido milhares), a procuraram para esse fim. O seu percurso fez-se com naturais dificuldades e de diversa ordem, com situações nem sempre pacíficas, outras nem sempre muito claras, basta que nos lembremos das razões invocadas para o afastamento do seu primeiro Director, o Eng.º João Carlos. Mas, contudo, a EPT, naturalmente com altos e baixos, ganhou sustentabilidade e atingiu um patamar de prestígio na região, muito graças ao empenhamento e labor dos seus docentes e funcionários. O seu sucesso levou mesmo a autarquia a dotá-la com instalações próprias e adequadas, criando-lhe condições ideais para docentes e discentes. O seu dinamismo era notório, as campanhas de recrutamento de alunos eram preparadas e, por isso eficazes, estendendo-se por toda a região. Da Escola Profissional de Trancoso saíram técnicos que alcançaram grandes êxitos e enorme sucesso nos mais diversos sectores profissionais e empresariais. O concelho e a cidade também não ficaram indiferentes às necessidades da Escola em conferir estágios aos formandos e, por isso, as empresas locais foram paulatinamente aceitando os alunos que a Escola lhes ia propondo para estágio. À EPT, formadas no curso de Secretariado, foi o aqui interveniente recrutar as três secretárias que passaram pelo seu escritório de advogado, todas elas suficientemente preparadas para a vida activa, numa clara demonstração da confiança depositada nesse estabelecimento de ensino. Não foi, infelizmente, a EPT imune à avidez da política local, leia-se ao PSD, que aí foi buscar muitos dos seus candidatos às sucessivas Assembleias Municipais. E, se em tempos idos, dificilmente, um trabalhador, funcionário ou docente, aceitava integrar as listas de candidatos do PS, com receio de represálias, hoje parecem ser perseguidos e despedidos todos quantos, mesmo com assumida militância no PSD, se atrevem a criticar e a pôr em causa medidas da Direcção ou da Administração com as quais discordam. Infelizmente, a linha de sucesso da Escola, de há alguns anos para cá, inverteu o seu percurso ascensional e começou a verificar-se o lento desbaratar do seu enorme capital de prestígio. A diminuição do número de alunos, turmas e cursos começou a acentuar-se, ano após ano, de forma

significativa, acarretando instabilidade e preocupação a todos quantos trabalham na EPT. Os indesejáveis despedimentos aconteceram. A Direcção da Escola, invocando a falta de alunos, despediu há bem pouco tempo, oito professores. Para além dos duvidosos e, eventualmente, menos justos critérios de selecção dos candidatos a despedir, parece que o acto em si, a forma de agir dos responsáveis, se revestiu de alguma falta de consideração, respeito e gratidão por quem serviu durante tantos anos a Escola, alguns mesmo, desde a sua primeira hora! O Grupo Municipal do Partido Socialista nesta Assembleia não pretendeu, ao solicitar o agendamento deste ponto, criar um facto político e muito menos servir-se da Escola Profissional para fazer política ou colher dividendos. Não fomos nós quem, ao longo de dezenas de anos se serviu desta e de outras instituições locais para angariar votos. Não foi o Partido Socialista que usou a escola e outras instituições para servir a sua clientela partidária com a criação de empregos, porventura, desnecessários ou supérfluos, ou com a atribuição de funções de administração injustificadamente remuneradas a quem, tantas vezes nada tem à sua frente para administrar, e muito pouco entende de administração. Fizemo-lo, tão-somente, porque nos preocupa o lento definhar da Escola Profissional, porque nos aflige a passividade fatalista com que se aceita a sua lenta agonia, empurrando para terceiros, Governos e outros decisores públicos, responsabilidades que são próprias. Fizemo-lo porque verificamos que, em concelhos vizinhos, escolas com menor prestígio que a nossa, crescem e progridem. Fizemo-lo pelos jovens do nosso concelho e região que, nos últimos 22 anos, procuram na Escola Profissional de Trancoso uma saída qualificada para o mundo do trabalho. Fizemo-lo porque nos preocupam os despedimentos de pessoas que, por força da sua idade, dificilmente conseguirão encontrar uma alternativa de emprego sustentável. Fizemo-lo, ainda, porque são motivo da nossa preocupação, os salários em atraso dos trabalhadores da Escola. Fizemo-lo também porque agride a nossa consciência democrática a imposição da lei da rocha e do medo, as ameaças de despedimento, directas ou veladas, àqueles que apenas exteriorizam, legitimamente, o seu pensamento discordante das medidas tomadas pelos dirigentes. Fizemo-lo, por fim, para perguntarmos ao Sr. Director e ao Conselho de Administração da Escola se os despedimentos recentes estão, de algum modo, relacionados com um abaixo-assinado dos professores e funcionários da Escola, enviado aos grupos municipais desta Assembleia. Era demasiado grave se tal tivesse acontecido! Esperemos que a tanto não se tenha chegado, pois, de outro modo, era caso para, com humor, embora negro, citarmos o nosso povo numa das suas pitorescas e tão vulgares interrogações e, transformando-a em afirmação, dizermos: Já chegámos à Madeira! -----

----- O Presidente da Mesa disse que o grupo municipal do PS que subscreveu este ponto, solicitou a presença do Presidente da Direcção, Dr. António Oliveira e do Dr. Domingos, também membro dessa direcção. Contactado o Dr. Oliveira, disse que as respostas lhe competiam a ele como Presidente da Direcção e viria assessorado das pessoas que entendesse. Foi então acordado que se o Dr. Oliveira solicitar à assessoria o Dr. Domingos e a Dr.^a Céu, os deputados terão o direito de inquirir directamente os assessores. Caso seja o Dr. Oliveira a responder, é o Dr. Oliveira que assume a resposta por aquilo que é aqui dito. Deu a palavra ao Presidente do Município. -----

----- Este disse que melhor do que ele, responderá o Dr. Oliveira na qualidade de Presidente da Direcção, mas entende que o debate sobre a Escola Profissional, como qualquer matéria sobre educação, é demasiado relevante para que não possa ser utilizado politicamente, a não ser para convergir na diversidade. Devemos analisar esta questão, não distanciados da conjuntura e dos anos que têm passado que impõem alterações. Sublinhou que está solidário, na qualidade de Presidente da Câmara, com a administração no que têm sido as responsabilidades e as deliberações da administração da Escola. Disse ser Presidente da Assembleia da EPT e está inteiramente solidário com a Direcção, na

qual a Câmara está investida, e gostaria de apelar que neste debate houvesse a procura de pontos de convergência e a compreensão da realidade que tem vindo a ser modificada. Disse ao Presidente da Mesa que terá um tempo para se pronunciar e o Dr. Oliveira terá um tempo que não terá nada a ver com o da Câmara, uma vez que foi convocado como Presidente da Direcção. -----

----- O Presidente da Mesa concordou uma vez que o vereador foi convocado como Presidente da Direcção da EPT. Deu a palavra ao Dr. Oliveira que começou por dizer é membro da administração da EPT desde 1989 e nunca representou a Câmara Municipal nesse âmbito. Inicialmente o órgão de administração não tinha presidente. A partir de 1992 passou a ter um, que foi ele, até aos dias de hoje. Recordou que desde 1989 até 1993 sentava-se nesta Assembleia enquanto deputado municipal independente nas listas do PS. A fundação da Escola tem-no como Presidente da Direcção sem ter nada a ver com a Câmara Municipal de Trancoso e o PSD. Disse que há nesta Assembleia, colaboradores ou antigos colaboradores da Escola, tanto do PSD como do PS e é completamente falso que a Escola seja um alforge de recrutamento do PSD. Explicou que a Escola avançou em primeiro lugar com o PRODER e posteriormente teve o apoio da Câmara Municipal para viabilizar a actual construção. O elemento decisivo para a criação da EPT foi o Padre Cabral, mas já lá vão 17 anos desde que ele foi embora e muita coisa foi feita. A Escola cresceu muito, construiu instalações e pensa que nunca houve aproveitamento político por parte da Escola. Sobre os despedimentos, disse que este é o terceiro despedimento. Não assumiu a forma de despedimento colectivo, mas, por volta de 1996, houve, por acordo, a dispensa ,com pagamento das respectivas indemnizações, de seis docentes, quando foi a extinção do curso de Gestão Agrícola. Em 2005, houve um novo despedimento de cinco professores, no momento em que as turmas deixaram de ter 1200 ou 1300 horas lectivas /ano e passaram a ter 1100 horas lectivas. Sendo que dessas 1100 horas, cento e tal eram de educação física em turmas onde não existia, o que significava que muitas turmas e muitos cursos passaram de 1300 horas para 900 e tal horas. Concluiu ainda que ao longo da sua vida, a EPT teve outros processos de despedimentos pontuais. -----

----- Depois de o deputado Amaral Veiga referir que o Dr. Oliveira tinha sido convocado para responder às questões e o Presidente da Mesa não ter aberto o debate, o Presidente do Município disse que teria de se ausentar e que delegava no Vereador António Oliveira a representação do Município. -----

----- Interveio novamente o Presidente da Direcção da EPT, Dr. António Oliveira, apresentando vários quadros sobre a evolução da Escola, desde cursos, actividades e número de alunos. Em 2007, notou-se uma queda no número de alunos. Não foi tão rápido porque houve um período em que se conseguiu manter a abertura de 17 turmas. Foi nesse ano que a Escola começou a ter alunos cabo-verdianos, cerca de cinquenta alunos e ainda hoje são cerca de 40. Esta queda prende-se com o facto de estarmos num território de baixa densidade, sujeito a um processo de desertificação, com uma acentuada queda das taxas de natalidade. A título de exemplo, disse que o concelho da Mêda tem 30 alunos no primeiro ano do 1º ciclo, e Trancoso acresceu este ano à entrada apenas no pré-escolar de 30 alunos em todo o concelho, dos quais 15 na cidade de Trancoso. Isto proporciona uma visão a prazo ainda mais catastrófica. Se acrescentarmos a este fenómeno, o facto de ter aparecido o Ensino Profissional em todas as Escolas Secundárias, naturalmente que isso barrou a vinda de alunos. Este ano houve onze turmas que foram possíveis abrir, e só se conseguiram abrir com recurso a alunos cabo-verdianos, tal como o ano passado. A tendência é que, a médio prazo, a Escola Profissional fique com nove a seis turmas. O orçamento para este ano, pessoal e funcionamento para as onze turmas, é de 921 000€ em função do tipo de

curso. Apresentou um quadro de 2010/2011 do custo anual de todos os funcionários da Escola, docentes ou não, no valor de 870 000€. Disse que se têm um Orçamento de 921 000€ e custo de pessoal de 870 000€, compreenderão que com o restante não é possível pôr tonner, papel, pagar água, aquecimento, despesas de higiene. Aqui impunha-se uma medida de contenção de custos. Disse que só não foram feitos alguns despedimentos o ano passado porque iniciaram o ano lectivo com a aprovação pedagógica das 14 turmas sem conhecerem as regras de financiamento. A EPT não tem quaisquer receitas a não ser as transferências do Ministério da Educação. Os resultados líquidos dos últimos anos são menos 142 000€ em 2006, 28 000€ positivos em 2007, menos 60 000€ em 2008, menos 69 000€ em 2009, menos 89 000€ em 2010. Os menos 142 000€ em 2006, têm a ver com o processo de despedimento colectivo. Nos restantes anos os resultados têm a ver com cortes que não são feitos ou que não são aceites à totalidade das despesas. O processo de despedimento surge porque não era possível manter uma carga anual de 870 000 € tendo a receita que se tem. Disse que seguramente este processo não irá terminar aqui, provavelmente para o ano estarão com outro processo que tem a ver com a redução do número de horas e de turmas porque irá ser inevitável. A rubrica dos alunos é o problema mais grave que a Escola tem para o seu futuro. É que tendo alunos, poderão não ter condições para os manter porque no orçamento 2011/2012 não deram à Escola dinheiro para alojamento dos mesmos. Têm 80 alunos alojados, já foi feita a reclamação, precisarão no mínimo 110 000€/ ano para pagar esse alojamento. Para os transportes deram apenas 10% do IAS que são 41,90€, que correspondem a 78 000€/ano e precisam para transportes 120 000 €. Há passes escolares dentro do concelho que custam ao Município 80€/mês. Questiona como é que a EPT pode ir buscar em carrinhas de 9, 19 e 27 lugares alunos a Aguiar da Beira, Fornos, Penedono e Sernancelhe, etc, com o financiamento de 42 €. É completamente impossível. -----

----- Interveio o deputado Amaral Veiga, referindo que acha este figurino do debate um pouco caricato porque têm perguntas a fazer ao Sr. Presidente da Direcção da EPT e depois irá responder, não sabe, se o Vice-Presidente da Câmara ou se o Presidente da Direcção. -----

----- O Presidente da Mesa disse que tem tomado em relação a este assunto seriedade bastante. Pediu para ser feito um debate sério, objectivo e esclarecedor. As perguntas que irá fazer serão feitas ao Presidente da Direcção da EPT. -----

----- Em resposta, o deputado disse que as discordâncias são legítimas e que discorda da forma como o Presidente da Mesa abordou este ponto da ordem de trabalhos. Trouxe aqui um ponto agendado pelo Grupo Municipal do PS, foi exposto por eles, depois deu a palavra ao Presidente da Direcção, que era suposto só responder a eventuais dúvidas. Disse que o Sr. Dr. Oliveira teceu considerações de natureza política às questões. Ele aqui não era vereador, era o Presidente da Direcção da Escola. Questionou-o para falar do montante que se estima necessário para pagar indemnizações aos professores despedidos. Questionou se os professores que assinaram o abaixo-assinado que circulou, tiveram conhecimento. Perguntou-lhe ainda se considera que a abordagem feita aos professores despedidos foi a mais correcta e qual a figura jurídica da ENCANTA. Se é autónoma da EPT e com que receitas paga aos seus funcionários e aos funcionários da Escola que também trabalham na ENCANTA. Outras questões colocadas prenderam-se em quem decide as remunerações dos administradores dessa empresa; qual a remuneração do Sr. Director e dos administradores da ENCANTA e, por último, se esta pode prestar serviços a terceiros. -----

----- Em resposta, o Dr. António Oliveira disse que a ENCANTA é uma entidade autónoma. Foi constituída em 1997, sendo uma sociedade por quotas com 50% da Câmara Municipal e 50% da Associação Comercial. O seu objecto social

apenas se destina a prestar serviços à Escola Profissional ou aos dois sócios e para entidades sem fins lucrativos. Ela só pode existir enquanto existir a EPT. Os funcionários, na sua maioria, são funcionários que eram da Escola e que saíram do quadro da Escola e foram para o quadro da ENCANTA, com acordo feito entre a EPT, ENCANTA e respectivo trabalhador. Se a ENCANTA desaparecesse, eles seriam automaticamente readmitidos na EPT. Em 1998, com a refundação da EPT, por força da mudança da legislação, e surgiu a Associação Promotora do Ensino da Beira Transmontana / Escola Profissional de Trancoso. Esta associação é constituída por uma Assembleia-geral onde têm assento três representantes da Câmara Municipal, três representantes da Associação Comercial e três representantes da ENCANTA. Quem determina os vencimentos é a Assembleia-geral de sócios da Encanta. Disse que o seu vencimento era até Junho de 1 118 € líquidos e o outro administrador auferia 668 €. Dadas as situações difíceis que estão a passar desde Junho, fizeram um corte de 20% em ambos os vencimentos. Pediu ao Dr. Domingos para informar qual o seu vencimento.

----- O Dr. Domingos disse que o vencimento, em termos de director da EPT, é de 2.835, 56€. Entretanto, está a assumir funções como coordenador do CNO, recebendo mais 721,70€. Disse que este valor é idêntico ao das outras pessoas que exerceram funções de coordenador no CNO. Desde Maio de 2006 foi aprovado o CNO na EPT e a partir de Setembro desse ano começou a funcionar. De Setembro a Fevereiro de 2007, o CNO funcionou com Coordenador que era ele e não recebia nada por essa função. Entretanto, houve necessidade de colocar outra pessoa como coordenador, de Fevereiro a Agosto de 2007, que recebia além do vencimento mais 700€. Essa pessoa, em Agosto de 2007, assumiu outras funções na instituição, saindo destas responsabilidades que tinha, como coordenador. Na altura entrou para o lugar o Prof. Hermínio que recebia o seu vencimento mais 400€, com redução de 8 horas lectivas. Em Setembro de 2008, o Prof. Hermínio colocou a questão de que o coordenador não dava contagem de tempo lectivo, o que seria uma situação complicada para ele. Como tinham algumas horas que não foram distribuídas como segundo professor numa disciplina de desporto num curso de turismo, umas trinta, quarenta horas foram-lhe atribuídas a ele como professor de desporto. Também horas de um curso de mecânica foram-lhe dadas a ele para conseguir completar horário, e também lhe foram dadas horas de psicologia. Essas horas foram todas pagas em Agosto. Disse que isto está tudo documentado e que não tem problema algum em prová-lo. -----

----- Interveio o Prof. Hermínio referindo que de facto a Dr.ª Cristina auferiu 700€, ele passou a auferir 400€ brutos de Agosto de 2007 a 15 de Setembro de 2008 e o Dr. Domingos passou a auferir 750€ na altura. Relativamente às 6 horas, disse não ter sido ele a levantar a questão, mas sim o Dr. Domingos que lhe disse que não poderia ser coordenador do CNO porque não lhe iriam contar tempo de serviço por essas horas. Disse que em Agosto deslocou-se a Coimbra duas vezes, falou com a directora da DREC e ela disse que, como a EPT tinha autonomia administrativa, financeira e pedagógica, seria a direcção a entender se essas seis horas contariam para tempo de serviço. Ela disse-lhe que o tempo de serviço teria de vir em englobamento na totalidade, colectivo e em funções de coordenador. A direcção transmite para a DREC que é um professor a tempo inteiro na escola e contam-lhe o tempo na globalidade nesse ano lectivo. Aconteceu que transmitiu ao Dr. Oliveira, transmitiram ao Dr. Domingos pelo que este respondeu que não poderia ser assim. O Dr. Oliveira disse que não iria ser prejudicado pelo tempo de serviço e que iria ser feito o que a Directora da DREC tinha dito. Entretanto, a Dr.ª Céu e o Dr. Domingos apresentaram o documento em separado. Foi alertado e falou com o Dr. Oliveira, o qual disse que não poderia ser. O documento foi revisto, alterado e seguiu novamente. Disse que foi informado da sua saída como coordenador do CNO em 12 de Setembro de 2008 numa sexta-feira, quando foi chamado à direcção onde

estava o Dr. Oliveira, o Eng.º João Carvalho e o Dr. Domingos e é-lhe transmitido pelo Dr. Oliveira que deixaria o CNO e que assumiria as funções o Dr. Domingos provisoriamente, provavelmente até Dezembro desse ano. O que acontece é que o Dr. Domingos se encontra lá até hoje. Disse que lhe foi creditado apenas a parte correspondente ao mês de Setembro, a parte proporcional dos 400€, até ao dia 12. Reclamou, porque o Dr. Oliveira disse que cessava funções no dia 15. O Dr. Domingos mandou corrigir o recibo. Qual o espanto quando verificou que o Dr. Domingos creditou no ordenado dele os 750€ brutos do mês de Setembro. -----

----- Usou da palavra o deputado Paulo Amaro, começando por referir que como o ponto da ordem de trabalhos em discussão é: “Escola Profissional de Trancoso – Esclarecimentos da situação actual e perspectivas de futuro”, parece-lhe que deveriam centralizar o debate nesta discussão e não colocar questões de ordem pessoal que, na sua opinião, a Assembleia Municipal não será o melhor local para as discutir. Deu também os parabéns ao grupo municipal do PS por ter pedido o agendamento deste ponto, na pessoa do seu líder municipal, deputado Amaral Veiga mas, ao mesmo tempo, pensa que isso revela uma alteração de postura, face ao que já tinha acontecido nesta mesma Assembleia Municipal. Recordou que no actual mandato, a primeira pessoa que levantou a questão dos eventuais problemas relacionados com a EPT foi o Vereador António Oliveira, na sessão desta Assembleia realizada em 28 de Fevereiro de 2011, passando a ler o excerto da acta dessa sessão, página 21: “Usou da palavra a deputada Sandra Ribeiro, mencionando de novo a EPT em que o deputado Amaral Veiga, um bocadinho em tom irónico, relacionou a questão do gabinete do Dr. Júlio, com a questão do dinheiro a poupar, para dar à EPT. A questão da Escola não é só uma questão de gestão do dinheiro, é uma questão das directrizes que o Ministério da Educação está a tomar, ou seja, as escolas secundárias estão a ter os mesmos cursos que existem no ensino profissional, o que vai provocar a falta de alunos para os dois ramos de ensino. Se não tivermos a colaboração de todos, a EPT que existe há 23 anos, deixará de existir. Em direito de resposta, o deputado Amaral Veiga disse que a deputada não deve ter percebido o alcance das suas palavras e que o problema está em todos nós, nele cada vez menos, mas não no caso da deputada, em fazermos mais meninos.” Disse que esta foi a primeira reacção do grupo municipal do PS, quando o Dr. António Oliveira trouxe esta questão da EPT à Assembleia Municipal, pelo que se congratula com a alteração da posição do PS. Disse ter feito uma pesquisa no Google acerca da situação do ensino profissional, sendo que o primeiro documento que lhe surgiu é datado de Março de 2007, e é um comunicado da responsabilidade da FRENPROF onde refere: “Numa altura que se celebram os 20 anos de ensino profissional no nosso país, os problemas neste subsistema de ensino têm vindo a agravar-se de ano para ano em grande parte devido ao modelo de financiamento que não é o adequado para este tipo de ensino e que muito tem contribuído para uma rotura financeira das escolas profissionais”. Isto só para recordar que não é uma situação nova. Mencionou também um requerimento que foi apresentado à Assembleia da República em 2 de Março de 2011, ou seja, 3 dias depois do Dr. Oliveira ter trazido este assunto à Assembleia Municipal, em que na altura o Bloco de Esquerda dirigiu uma pergunta ao Ministério da Educação sobre a grave situação financeira das escolas profissionais do país devido ao atraso na transferência de verbas. O Ministério da Educação respondeu em 23 de Março que essa situação teria a ver com atrasos motivados pela falta de fluxos financeiros provenientes da União Europeia, informando que todos os pagamentos já estariam regularizados. Depois o Bloco de Esquerda vem insistir noutro requerimento apresentado a 23 de Março que a situação não correspondia à realidade e que estas escolas mantinham uma situação de absoluta impotência, debatendo-se com falta crónica de verbas, sem por isso, poderem efectuar o pagamento de salários em atraso, subsídios aos alunos

e pagamento aos fornecedores. Mencionou também um parecer da Comissão Nacional da Educação, da responsabilidade do conselheiro José Luís Preza, relativamente ao Ensino Profissional onde diz que, “relativamente à questão das escolas secundárias públicas passarem a oferecer cursos profissionais, se por um lado responde ao imperativo nacional de colocar Portugal ao nível dos restantes países da União Europeia, pode, por outro lado, fazer resvalar a boa imagem de cursos profissionais se não forem garantidos os elevados padrões de qualidade”. Referiu o deputado que era nesta questão que se deveria centralizar o debate. Pensa que faria todo o sentido que as várias escolas profissionais da região não tivessem todas os mesmos cursos. Pensa também que o mercado de trabalho, hoje em dia, não está a procurar licenciados e que as escolas profissionais, deveriam fazer um estudo próximo, junto do tecido empresarial local e tentar perceber onde seriam necessárias formações. -----

----- Interveio o deputado Eduardo Pinto, dizendo que subscreve na íntegra a intervenção do anterior deputado. Disse que é esclarecedor que na bondade do Presidente da Direcção da EPT em querer dar uma panorâmica geral da EPT, se tenha esquecido de duas entidades que também concorrem quer na receita, quer na despesa para o bolo da EPT: a ENCANTA e o CNO. Questionou qual é a real situação financeira da ENCANTA e da EPT. Sabemos que a EPT tem uma conta caucionada na ordem de meio milhão de euros. Gostaria de saber qual é a situação. Pelos vistos a função de coordenador do CNO em tempos foi gratuita, e de há uns tempos para cá, toda a gente é remunerada. Questionou se estamos perante uma situação de uma entidade com dificuldades financeiras, porque é que toda a gente deve receber? Recordou que o actual Presidente da Empresa Municipal neste mandato, o vereador João Rodrigues, assegura a gestão e a administração desta empresa a custo zero. Como sabemos no Executivo Municipal, os vereadores da maioria são remunerados, uns a tempo inteiro, outros a meio tempo. Se estamos numa época de contenção de custos, o exemplo deve vir de cima. Questiona-se porque é que a administração não aplica a si própria esse exemplo de poupança, porque é que o coordenador do CNO não exerce o cargo a custo zero, ou se tiver que receber, porque é que há-de receber em acumulação com o vencimento de director, que é uma função a tempo inteiro. Acha constrangedor que quem exerceu a administração e a direcção ao longo destes anos, que chegue a esta altura e atire a toalha ao chão. Recordou que estamos num Governo PSD e pensava que havia aqui forma de fazer a chamada pressão no bom sentido para obter ganhos a favor do concelho. Solicitou ao Presidente da Mesa que faça chegar aos deputados os documentos apresentados pelo Dr. Oliveira para que possam ser estudados devidamente. Recorda que em 2008 a EPT tinha 18 turmas, hoje tem 11, é uma diminuição drástica. Disse que a desertificação e cursos profissionais terão contribuído para essa diminuição, mas estas questões são comuns às restantes escolas profissionais e, que saiba, continua a haver escola profissional em Sernancelhe, São João da Pesqueira e recentemente foi criada uma na Guarda que sabemos que capta alunos da Mêda, Foz Côa, Moncorvo e da zona norte do distrito. Questionou quais foram as estratégias da administração, quais os mecanismos desenvolvidos. Perguntou se a EPT tem formadores externos, quantos são e se os professores da EPT, em particular, os que saíram, se não tinham habilitações para substituir esses formadores externos. Questionou ainda se há professores em regime de prestação de serviços. Sabem que há hoje, depois desta vaga de despedimentos, uma sobrecarga lectiva nos professores que restaram. Questiona, perante esta situação, se está garantida a qualidade pedagógica do ensino naquela Escola. Também se diz por aí que o Director, Dr. Domingos, faz de motorista da Escola. Questionou se também é remunerado por esse transporte. -----

----- Em resposta, o Dr. António Oliveira disse que ficaram por responder duas questões ao deputado Amaral Veiga.

Uma delas tem a ver com os vencimentos e indemnizações do pessoal que foi despedido. Os oito colaboradores foram despedidos para que as despesas com pessoal fossem reduzidas. Disse que a Escola está a funcionar perfeitamente, toda a gente tem aulas. Todos os professores estão a dar aulas das matérias para as quais têm habilitação e ninguém está com sobrecargas. O total das remunerações anuais e os respectivos encargos dos professores envolvidos no despedimento era de 211 000€ /ano e os valores das indemnizações são de 199 159€. Naturalmente que este é um processo a ser decidido pelos tribunais, sujeito a impugnação judicial, etc. Sobre a forma como foram despedidos, disse que já tinha deixado antever nesta Assembleia que estava preocupado com o futuro da EPT e seguramente teriam que ser feitos ajustamentos. Também o disse numa reunião geral com o pessoal da Escola. Antes de receberem uma carta registada com aviso de recepção, conforme a lei, cada professor despedido foi chamado e explicou-se a situação. Sobre a intervenção do deputado Paulo Amaro disse que sempre tentaram responder com os nossos cursos às necessidades das empresas. Mas acontece que se fazem inquéritos às empresas, a Escola abre cursos que as empresas querem e depois não há alunos. Disse que se abrir um curso de torneiros mecânicos, que tem alta empregabilidade, não consegue que haja matrículas suficientes para uma turma. De facto, deveria haver uma tentativa no sistema oficial de ensino de agir sobre esta matéria. Disse que quando queriam abrir uma nova área, havia uma dificuldade tremenda. Quando foi da construção da Escola, tentaram que uma das áreas fosse a hotelaria. O Ministério da Educação disse que não porque havia já uma escola de hotelaria em Manteigas. Passados uns anos deu as seguintes hipóteses: o caderno de encargos para termos hotelaria, exigia de 300 metros quadrados. Hoje, qualquer C+S tem curso de hotelaria com a cantina que têm. Mais tarde quiseram criar um pólo em Aguiar da Beira, a Câmara esteve disposta a pagar esse pólo. Entretanto, não chegou a avançar porque mudou a figura do ensino profissional e custava umas centenas. Era obrigatório a ter câmaras frigoríficas, um túnel de congelação, coisa que hoje as secundárias não têm. Disse que um curso profissional que foi criado na EPT, tem zero de empregabilidade, que é o curso de gestão de equipamentos desportivos porque esta gestão em todo o lado está entregue às autarquias. Sobre a questão da conta caucionada da empresa ENCANTA e do CNO, no valor dos encargos não estão aqui as despesas de pessoal nem os funcionários que têm a ver com o CNO. Todo o pessoal do CNO é financiado a 100% até 31 de Dezembro e, neste momento, estão numa fase de conclusão do projecto. Sobre a ENCANTA, esta apenas presta serviços, alguns gratuitos, como por exemplo, as funcionárias do bar participam na limpeza da Escola ao fim do dia, prestam o serviço das refeições e o têm o bar da Escola a funcionar. Disse que se somar o que recebe da ENCANTA com o vencimento de vereador em regime de permanência sem exclusividade, não dá o vencimento de um vereador a tempo inteiro. Sobre as contas caucionadas, sem elas a EPT já não funcionaria há 15 anos. Desde os anos 90 que têm contas caucionadas. Começaram por ser do valor de trinta mil contos, depois evoluíram para cinquenta mil contos, depois para 65 mil, avalizadas pessoalmente pelos membros da direcção. Em 2008 foi possível, através de um protocolo celebrado entre a Associação Nacional das Escolas Profissionais e a Caixa Geral de Depósitos e com base nos orçamentos aprovados pelo PRODEP para as diferentes câmaras municipais permitiram uma conta caucionada em função do montante dos projectos em execução, sem necessidade de avales pessoais. Recentemente, como necessitavam de ultrapassar isto, tentaram reforçar essa conta caucionada e a Caixa aproveitou logo para os avales pessoais, em que a Administração da Escola não está disponível para o fazer. Sobre outras escolas, têm de ter presente que este novo sistema de financiamento para as escolas profissionais não é mau para todas elas, mas é dramático para as escolas profissionais do interior que assentaram a sua estratégia na criação de corpos docentes

permanentes, com contrato de trabalho sem termo e que ao longo destes anos se foram profissionalizando. Se tivéssemos uma escola profissional em que se optasse por dois ou três professores a tempo inteiro e o resto em part time, isto funcionaria bem. Só não funciona bem agora para essas escolas, porque têm o problema da rubrica da alimentação, transporte e alojamentos dos alunos. Disse que a EPT tem formadores externos, pontualmente, para determinadas áreas que nada colidem com os professores que estão aqui em causa. -----

----- Interveio o deputado Joaquim Ribeiro, subscrevendo as palavras do deputado Paulo Amaro. Disse que até agora viu esta Assembleia transformada num Tribunal de Trabalho a responder a uma nota de culpa e saber quais os motivos que levaram efectivamente aos despedimentos. É de lamentar que 90% das questões tenham andado em torno desse assunto. Pensava que o PS ia trazer aqui soluções e propostas para o desenvolvimento da actividade da EPT. Questionou o administrador da EPT sobre o que é que pensa fazer para contornar as dificuldades que actualmente estão a verificar, quais as soluções que os membros da direcção estão a tomar para o futuro e quais as perspectivas. Mas gostava que o PS contribuísse porque não se pode estar eternamente na oposição a criticar que em Trancoso não temos nada. Mais do que criticar, é preciso construir e contribuir construtivamente para aquilo a que pertencemos. Referiu que se o curso de torneiro mecânico tem empregabilidade de 100%, se fosse anunciada esta garantia de empregabilidade com os respectivos vencimentos, talvez se possam cativar mais pessoas. A EPT, na sua opinião, tem de se preocupar, não só com a oferta formativa que faz, mas também em desenvolver essa oferta para além do terminus da formação. -----

----- Em direito de resposta, o deputado Amaral referiu que ficou estarecido com o facto do deputado Joaquim Ribeiro ter ficado tão abespinhado pelo motivo do grupo municipal do PS ter trazido um assunto que diz respeito à nossa cidade e concelho. Durante muitos anos a EPT foi apresentada como uma âncora de toda a actividade e desenvolvimento de Trancoso e agora parece não se poder questionar. Aconteceu um despedimento colectivo que deixa oito famílias em dificuldades. Nesta Assembleia todos têm direitos, como deveres. Um dos nossos direitos é questionar todas as entidades que estão sobre tutela ou têm ligação directa à Câmara Municipal, e esta tem-na efectivamente. A Câmara investiu cerca de 500 000 contos naquele edifício. Os trabalhadores têm o direito de ser defendidos nesta Assembleia. Disse, por fim, ao deputado que a cultura democrática dele deixa muito a desejar e não imaginava que se abespinhasse tanto na defesa de uma dama que não sabe qual é, mas até imagina, e que não imaginava que o deputado era capaz de assumir tal comportamento. -----

----- O deputado Joaquim Ribeiro não disse que este assunto não fosse trazido. O que queria dizer, foi que o género de perguntas colocadas pelo deputado Amaral Veiga, não eram as próprias para esta Assembleia. Na sua opinião, essas perguntas poderão pôr em causa uma possível defesa da própria entidade relativamente a esses trabalhadores porque estamos a discutir factos que poderão ser utilizados futuramente por eles próprios. Se fosse para discutir despedimentos, sugeria que tivessem colocado no ponto: “Despedimento de trabalhadores na Escola Profissional de Trancoso”, e então vinham, discutir isso. Agora no ponto está, “ situação actual perspectivas de futuro”. Questionou o que é que foi discutido, quais as propostas de futuro apresentadas pelo deputado Amaral Veiga. Disse que é a segunda vez que o deputado Amaral Veiga refere uma dama relacionada com ele. Gostava de ser esclarecido porque disse nunca ter tido damas no âmbito das suas funções e nunca as quis. -----

----- O Presidente da Mesa disse concordar com o deputado Joaquim Ribeiro na questão de este ser um processo ainda em aberto judicialmente. Competirá ao Sr. Director decidir até onde pode falar. -----

----- O Director, Dr. António Oliveira, disse que ficou por esclarecer a questão dos transportes. Neste momento a EPT tem três carrinhas de 9 lugares, duas de 27 e uma de 19. Estão todas lotadas, transportam diariamente 98 alunos. Pagam a todos os motoristas 5,35€ por hora. O Sr. Carlos Calvo faz quatro horas/dia, e duas à sexta-feira. Sobre essas quatro horas ganha 20€ e é funcionário da Escola, chefe da Secretaria e faz a zona de Semancelhe. O Sr. Carlos Marques também faz quatro horas/dia com duas horas à sexta-feira e vai a Forninhos, Dornelas, Colherinhas, Quinta das Ladeiras, Souto de Aguiar, Lezíria, Fonte Fria e Cortiçada, ou seja, no seu conjunto faz localidades de Aguiar da Beira, Fornos e ainda de Penalva de Castelo. No caso do Dr. Domingos, faz o favor de fazer duas horas e meia por dia e à sexta uma hora. Sai da Guarda, vai à Sequeira, Póvoa do Mileu e à estação e depois vai à Velosa, à Aldeia da Serra, Vide Entre Vinhas e Cortiço da Serra e regressa a Trancoso, com a vantagem de que a viatura não sai de manhã de Trancoso, sai já da Guarda, ou seja, faz metade dos quilómetros do que faria, se tivessem um motorista a viver em Trancoso. Os autocarros de 27 lugares vão para Carapito, Vila da Ponte, Ferreirim e Beselga e o outro para Penela da Beira, Penedono, Mêda, Coriscada e Rabaçal, e a viatura de 19 vai para a Reigadinha, Alverca da Beira e Celorico da Beira. Naturalmente que todas as Escolas Profissionais reclamaram em relação a este corte, pela ausência de transportes e alojamentos. Esta Escola sempre viveu com alunos alojados, chegou a ter em Trancoso 150. Duvida que neste momento, isto não seja uma inevitabilidade porque ainda a semana passada numa reunião que teve, disseram-lhe que o que consta na DREC Norte é que para o ano não haverá dinheiro para as escolas profissionais em relação a transportes, alimentação e muito menos alojamento, a não ser que não haja oferta formativa pública na área de residência desse formando. Naturalmente que estão numa fase de reclamação, o ano passado conseguiram parcialmente rebater esta questão. É um processo colectivo em que todas as escolas do interior reclamaram. Disse que vão ter de aproveitar da forma mais conveniente o IP2, ou seja, vão tentar para o ano que uma das viaturas vá a Vila Nova de Foz Côa e Moncorvo para transportar diariamente os alunos. Irão tentar explorar uma área em que nos últimos anos têm tido poucos alunos. -----

----- Interveio novamente o deputado Eduardo Pinto, referindo que o objectivo não é, nem nunca foi saber das questões legais, embora a Assembleia tenha legitimidade. Agora não se pode passar para as perspectivas de futuro, sem saber a realidade, e isso é o que queriam conhecer, sobretudo as causas que originaram esta situação. Disse que já passou mais de uma hora de debate e que o Director da Escola ainda não mencionou qual a situação financeira da ENCANTA. Julga saber que quando esta empresa foi criada, foi criada com o objectivo de eventualmente criar receita que permitisse à EPT pagar algumas despesas. É claro que a situação é difícil, mas o Dr. Oliveira diz que com este panorama e com as opções do Governo não são capazes de revirar a situação e daqui a três anos a Escola será extinta. Ou então, como responsável da Administração, conjuntamente com o seu director e com os demais elementos com responsabilidade de gerir, dizer que estão neste patamar mas entendem que se irão manter por determinado tempo e têm esta estratégia de captar novos alunos. Disse que todos estamos em dificuldades e há pessoas que ainda não se mentalizaram que têm de prescindir de alguma coisa em favor de outros que, pelos vistos, tiveram de despedir. Se a ENCANTA gerar mais receitas, eventualmente poderá transferi-las ou entregá-las à EPT. Questionou se já pediu ajuda, e se sim, a quem? Propôs à Assembleia que se criasse uma comissão. -----

----- Em resposta, o Dr. Oliveira disse que os 900€ que recebe para as responsabilidades que tem, não é muito. Disse que o Dr. Domingos e a Dr.^a Céu são assalariados da casa e têm os valores congelados há anos, assim como os professores. Disse que já tinha sido proposto aos professores um corte de vencimento, mas não aceitaram essa proposta.

